



Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior de Economia e Gestão

**O Centro Internacional de Negócios da
Madeira:
Comparação do seu Regime com o dos Paraísos
Fiscais**

EDMUNDO PEDRO FERNANDES DINIS

ORIENTADOR: MESTRE JOAQUIM MIRANDA SARMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

LISBOA

JUNHO 2011

Agradecimentos

Apresento o meu agradecimento pela valiosa ajuda, apoio, disponibilidade e orientação, durante toda a realização da dissertação, ao Professor Joaquim Miranda Sarmiento.

Ao Sr. Eng. Leonardo Catanho, pela ajuda prestada nos mais diversos assuntos relacionados com a dissertação.

Ao Sr. Eng. Filipe Teixeira, pela atenção dispensada na troca de ideias no âmbito da dissertação.

Um especial agradecimento aos meus pais e namorada, pelo apoio fundamental na realização deste trabalho.

Sumário do trabalho:

Criada no início dos anos 80, a Zona Franca da Madeira (ZFM) ou Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) tem vindo a assumir protagonismo a nível económico, fiscal e político. Contudo, o debate em volta do facto de a ZFM ser ou não considerada um offshore é uma questão essencial. Este trabalho visa, não só apresentar algumas conclusões sobre esse ponto-chave, mas também medir o impacto económico e fiscal na Região Autónoma da Madeira.

Palavras-chave: Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), Zona Franca da Madeira (ZFM), offshores, paraísos fiscais

Abstract:

Created in the early '80s, the International Free Trade Zone of Madeira (IFTZ), also known as The International Business Centre of Madeira (IBC), has been assuming a substantial economic, fiscal and political role. However, the debate around the fact that the IFTZ is or is not considered an offshore is an important issue. The purpose of this work is, not only, bring forward some conclusions about this key point, but also measure the economic and tax impact in the Autonomous Region of Madeira.

Key-words: The International Business Centre of Madeira (IBC), International Free Trade Zone of Madeira (IFTZ), offshores, tax heaven

JEL Classification: H20; H25; H87

Índice

Introdução	6
1. Revisão de Literatura	7
1.1. Zona Franca da Madeira	7
1.2. Paraísos Fiscais ou <i>Offshores</i> – Definições	11
1.2.1. Elementos Essenciais de um paraíso fiscal	11
1.2.2. Relatório da OCDE para as práticas da concorrência fiscal prejudicial	12
1.2.3. Código de Conduta da Fiscalidade das Empresas	16
1.2.4. Auxílios de Estado	18
1.3. Evasão e Elisão fiscal associada às Zonas Francas e aos <i>offshores</i>	19
1.3.1. Definições	19
1.3.2. As medidas anti-abusos	20
1.3.3. <i>Controlled Foreign Companies</i> (CFC) – Sociedades Estrangeiras Controladas	20
1.3.4. Regras Relativas à subcapitalização	21
1.3.5. Preços de Transferência	21
2. Caracterização do Centro Internacional de Negócios da Madeira	23
2.1. Enquadramento	23
2.2. Considerações Gerais	23
2.3. Regimes do CINM	24
2.3.1. Regime I	24
2.3.2. Regime II	25
2.3.3. Regime III (Actual Regime)	27
2.3.4. Síntese dos 3 regimes existentes	30
3. O Centro Internacional de Negócios da Madeira é ou não um paraíso fiscal: argumentos a favor e contra	31
3.1. Argumentos a favor de ser um paraíso fiscal	31
3.2. Argumentos contra ser um paraíso fiscal	32
3.3. Quadro Síntese	34
4. Contributos do CINM para a Economia da Região Autónoma da Madeira	36
5. Conclusão	38
6. Bibliografia	39

Introdução

A Região Autónoma da Madeira é uma região ultraperiférica sendo que este facto afecta negativamente a economia de várias formas, designadamente: limitação de recursos naturais e forte tendência relativa para organizações monopolistas e oligopolistas de mercado, e uma grande dependência de um ou dois sectores principais de actividade, o turismo e a construção civil (Molle 2003).

A decisão de se criar o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), ou Zona Franca da Madeira (ZFM) tinha como objectivo ultrapassar condicionalismos endógenos de um pequeno arquipélago ultraperiférico. No entanto, a legitimidade do regime fiscal, ao longo dos anos, tem sido posta em causa.

Com este trabalho pretende-se analisar as principais características dos paraísos fiscais, ou *offshores*, para que seja possível efectuar uma comparação com as características do CINM, e a avaliação da sua conformidade com as principais regras portuguesas e internacionais que regulam esta matéria. Com efeito, serão abordados os três regimes fiscais que estão em vigor e o funcionamento dos seus quatro sectores de actividade.

O trabalho analisa o percurso da ZFM desde o seu início até aos dias de hoje, realizando-se uma breve resenha histórica onde se aponta os acontecimentos mais relevantes para a presente praça.

Por último, serão apresentados os principais contributos do CINM para a economia da Madeira para que se possa verificar se a ZFM tem sido um instrumento real de competitividade fiscal.

1. Revisão de Literatura

1.1 - Zona Franca da Madeira

No final dos anos 70, com uma economia quase unisectorial, vários quadrantes da Região Autónoma da Madeira (RAM) aperceberam-se da relevância que poderia representar para a Região, a criação de um instrumento de desenvolvimento económico, capaz de atrair investimento estrangeiro, de diversificar a economia regional e de criar novas condições de competitividade à escala internacional.

Palma (2006), refere que a criação do Centro Internacional de Negócios da Madeira teve como objectivo fundamental contribuir para o desenvolvimento económico e social da Região, através da diversificação e modernização da respectiva estrutura produtiva de bens e serviços, de forma a ser um programa coerente e eficiente, adequado às especificidades de uma economia de uma ilha ultraperiférica, de pequeno tamanho e profundamente afectada por diversos tipos de dificuldades agravadas pelo grande afastamento, pelos problemas do relevo e do clima e pela dependência económica em relação a um número restrito de produtos, dispondo de um PIB per capita que correspondia apenas, à data da sua criação, a menos de 30% da média da União Europeia.

Dados os escassos recursos endógenos da RAM decidiu-se, então, no primeiro ano da década de 80, criar o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), ou Zona Franca da Madeira (ZFM). Dois anos passados, foram regulamentados diversos aspectos do seu funcionamento, designadamente quanto aos tipos de actividade que podiam ser exercidas e respectivo regime aduaneiro¹.

Pelo Decreto Regional 53/82, artigo 1º, *“entende-se por zona franca um enclave territorial onde as mercadorias que nela se encontram são consideradas como não estando no território aduaneiro para efeitos da aplicação de direitos aduaneiros, de restrições quantitativas e de demais imposições ou medidas de efeito equivalente...”*

As actividades que foram autorizada a actuar no âmbito do regime do CINM foram 4 áreas de investimento, com objectivos distintos^{2 3}.

¹ O Decreto-Lei 500/80 de 20 de Outubro, autorizou a criação da ZFM

² Decreto-Lei n.º 352-A/88 de 3 de Outubro – Auxílio Estatal N204/86 Carta SG (87) D/6736 de 27/5/1987

³ O Registo Internacional de Navios foi criado pelo Decreto-Lei n.º 96/89 de 28 de Março

1. Zona Franca Industrial – que engloba as actividades que envolvem movimentação física de mercadorias;
2. Serviços Financeiros – inseriam-se as actividades bancárias, de intermediação financeira, seguradoras, entidades de *leasing*, *factoring*, e serviços financeiros em geral;
3. Serviços Internacionais – inclui as actividades comerciais não financeiras;
4. Registo Internacional de Navios – é responsável pelo registo de todos os actos e contratos referentes aos navios a ele sujeitos.

Através do Decreto Regional 22/86 de 2 de Outubro, o Governo Regional da Madeira passou a ter o direito de atribuir a administração do CINM a uma entidade privada. Decidiu-se então, adjudicar à Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM) a concessão do CINM⁴.

Dois anos mais tarde, já com Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), o regime da ZFM foi negociado⁵ pela primeira vez com a Comissão Europeia, refere Silva (2003).

No final da década de 80, o CINM autorizou o funcionamento das suas primeiras 7 empresas e foi autorizada a instituição do *trust*^{6 7}, o que constituiu uma inovação no ordenamento jurídico português.

Em 1989, criou-se o Registo Internacional de Navios (MAR) e dá-se a publicação do diploma que aprovou a reforma do sistema fiscal português, que estabeleceu no Estatuto dos Benefícios Fiscais⁸ o regime em IRC, IRS, imposto de selo e da então contribuição autárquica das actividades desenvolvidas na ZFM.

Nos anos de 1991 e 1995, o regime do CINM foi alvo de duas avaliações, não tendo, no entanto sido necessária nenhuma alteração ao regime existente, afirma Palma (2006).

⁴ Decreto Regulamentar Regional n.º 21/87/M de 5 de Setembro, Anexo 1, Artigo 2º (Administração e Exploração)

⁵ Carta SG (87), de 27/05/1987 – Auxílio Estatal N204/86

⁶ Decreto-Lei n.º 352-A/88, de 3 de Outubro

⁷ *Trust*, é a designação das relações jurídicas resultantes de um acto inter vivos ou mortis causa pelo qual uma pessoa, o sector, transmite e coloca quaisquer bens – com excepção de bens imóveis localizados em território português – sob o controle e administração de um trustee em proveito de um beneficiary, que pode ser o próprio sector ou o trustee, ou visando a prossecução de um fim específico.

⁸ Artigos 33º e 34º do EBF (antigos 41º e 41º-A do EBF)

É relevante realçar que as entidades licenciadas no Centro Internacional de Negócios estão obrigadas a regerem-se segundo as mesmas regras, condições e requisitos, que as entidades licenciadas no resto do território nacional. Tal como refere Palma (2006), é de salientar a total transparência do regime, traduzida no facto de se aplicarem as mesmas regras relativas à fiscalização, controlo e supervisão aplicáveis no demais território nacional, não existindo quaisquer peculiaridades em matéria de sigilo, designadamente no que se reporta à troca de informação. Neste contexto, a autora defende que o regime do CINM qualifica-se como um regime privilegiado e não como um paraíso fiscal.

Contudo, Palma (2004), salienta que o regime do CINM é um regime especial, sendo que este facto implica que as suas disposições prevaleçam, sempre que haja incompatibilidade sobre as regras do regime fiscal geral ou de outros regimes especiais. Ou seja, o regime fiscal geral não se aplica quando existam regras especiais como acontece no caso do CINM ou em todos aqueles regimes em que se ponham em causa os objectivos internos e comunitários da sua criação. O regime geral ou os demais regimes especiais serão apenas aplicáveis caso não conflituem com os objectivos subjacentes à criação de um regime especial para o efeito.

A pedido da Comissão, no início do segundo semestre de 1999, no âmbito das negociações para um novo auxílio estatal, as autoridades portuguesas transmitiram à Comissão um extenso relatório sobre a ZFM, que se seguiu um estudo sobre a Madeira e os Açores elaborado pelo *Center for European Policy Studies*⁹. Numa nova reunião, a Comissão decidiu investigar o CINM com o fundamento de que o regime não teria sido, ainda, adaptado às novas orientações sobre auxílios de estado, que entravam em vigor em Janeiro de 2000 (Silva 2003).

Dois anos mais tarde e com a conclusão das negociações¹⁰ com a Comissão, é autorizado um novo regime, onde se denota algumas diferenças¹¹ que se traduziram numa relativa perda de competitividade perante outras praças. Ao novo regime, foi

⁹ “establishing suitable strategies to improve sustainable development in the Portuguese ultraperipheral regions of Madeira and the Azores” by Peter Ludlow, Director, Vítor Martins, Associate Senior Research Fellow and Jorge Nuñez Ferrer, Research Fellow – CEPS 2000

¹⁰ ver: Comunicado de imprensa da Comissão IP/02/1849, de 11 de Dezembro de 2002 – LINK: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/02/1849&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>

¹¹ Mais à frente, no ponto 2, serão abordados os regimes do CINM

excluído, por imposição comunitária, os serviços financeiros e de intermediação financeira e das actividades do tipo “serviços intragrupo”¹².

A 1 de Janeiro de 2007, passou a vigorar outro regime fiscal que, para Palma (2008), mantém as linhas estruturantes do anterior: foram excluídas as actividades de intermediação financeira, de seguro e das instituições auxiliares de intermediação financeira e de seguros, bem como das actividades serviços intragrupo. Novas taxas de IRC foram introduzidas e o regime é aplicado às empresas que se licenciem a operar na ZFM no período entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013¹³, com produção de efeitos até 31 de Dezembro de 2020.

A razão que justificou a prorrogação acabou por ser semelhante à que legitimou a sua criação: *“promover o desenvolvimento regional e a diversificação da estrutura económica da Madeira, dando às empresas estabelecidas nessa região, considerada ultraperiférica, as condições para compensarem as suas desvantagens naturais de carácter estrutural”*.¹⁴

Mais recentemente, foram interrompidas as negociações com a Comissão Europeia, iniciadas em 2009, para reduzir os requisitos de criação de novos postos de trabalho impostos para usufruição, nos termos legais, pelas empresas licenciadas, do regime de IRC favorável no CINM.

¹² Código do IRC – Artigo 12º - há acordo de prestação de serviços intragrupo quando uma entidade membro de um grupo disponibiliza ou realiza para os outros membros do mesmo, um amplo conjunto de actividades, designadamente de natureza administrativa, técnica, financeira ou comercial.

¹³ Lei n.º 65-A/2007, de 21 de Novembro de 2007

¹⁴ Auxílio estatal N421/2006 – 2.1 Objectivo

1.2 - Paraísos Fiscais ou Offshores – Definições

Leitão (1993), refere que a definição de paraíso fiscal deve, essencialmente, ser efectuada nas diversas legislações por comparação com o sistema fiscal doméstico, através do uso de expressões como “regime fiscal privilegiado” (França), ou “país submetido a um regime de tributação notavelmente mais vantajoso” (Bélgica). Apenas a legislação alemã procura um conceito absoluto de paraíso fiscal, considerando como tal todo e qualquer território que tribute a uma taxa inferior a 30% os rendimentos de empresas instaladas no seu território.

Já outros países, a par de Portugal, optam por adoptar sistemas casuísticos através da publicação de listas de países, regiões e territórios que são considerados paraísos fiscais. No nosso país, a lista dos *offshores* consta da Portaria 150/2004 de 13 de Fevereiro.

Todavia, no Relatório da OCDE¹⁵, diz-se que o conceito de paraíso fiscal tem um carácter de tal modo relativo que não teria alguma utilidade consagrar esforços para o tentar definir.

Refira-se que a RAM não figura quer em qualquer lista de paraísos fiscais da OCDE, quer do Grupo de Acção Financeira (GAFI), instituído pelo então G7 para combate ao branqueamento de capitais provenientes do tráfico de droga (Palma 2006).

1.2.1 Elementos essenciais de um paraíso fiscal

Os elementos essenciais de um paraíso fiscal são citados em Doggart (2003), sendo a primeira característica a existência de impostos baixos ou a sua ausência em, pelo menos, uma importante categoria de rendimento. Segundo, um paraíso fiscal tem que usufruir de estabilidade política. Terceiro, normalmente existe uma especialização em termos empresariais. Finalmente, quarto, afirma que existem outras características importantes que variam de acordo com as necessidades de um “fugitivo fiscal”.

Por vezes tem-se defendido na opinião pública que os paraísos fiscais são uma porta de saída de capitais para evitar a sua tributação pelos estados e de uma porta de

¹⁵ “L’évasion et la fraude fiscales internationales – quatre études”. 1987

entrada para os fundos que advêm de actividades ilícitas¹⁶. No entanto, para Kronberg (2003), existe uma série de usos legítimos dos paraísos fiscais. Entre eles:

- a) Protecção de património,
- b) *Trading* e operações comerciais,
- c) Investimentos *offshore*,
- d) *Holdings*,
- e) Estruturas com finalidade de planeamento tributário,
- f) *Holdings* para direitos de autores, patentes e *royalties*,
- g) Estruturas para planeamento de heranças.

Relativamente às actividades “criminosas” mais frequentes no âmbito dos paraísos fiscais, Kronberg (2003) destaca:

- Lavagem de dinheiro. Dado o sigilo bancário e profissional existente.
- Fraudes financeiras e comerciais variadas. Pela mesma razão anterior é quase impossível saber quem fez alguma coisa e onde acabou uma quantia em dinheiro enviada para uma sociedade de um paraíso fiscal.
- Instituições fantasma. Existem instituições financeiras e seguradoras localizadas em países onde existem bancos com nomes semelhantes aos de grandes instituições internacionais, mas nem fazem parte do grupo.
- Abrigo para capitais usados com finalidades criminais. É o caso do dinheiro usado por terroristas ou outros criminosos que aproveitam as vantagens do sigilo e da facilidade de movimentação de quantias em dinheiro oferecidas por alguns paraísos fiscais para financiarem as suas actividades criminosas.

1.2.2 Relatório¹⁷ da OCDE para as práticas da concorrência fiscal prejudicial¹⁸

O Relatório traduz um compromisso de natureza política e os países que o adoptarem têm o dever de não adoptar novas medidas que sejam abrangidas pelo âmbito de aplicação ou a rever as medidas já existentes, para que as práticas fiscais nocivas

¹⁶ João Ramos Almeida – “Um pequeno manual dos “Off-shores”, Jornal Público, 23 de Julho de 2000

¹⁷ Com o nome original “OCDE, Harmful Tax Competition: An Emerging Global Issue, Paris, 1998

¹⁸ Vide sobre o tema: A OCDE, A Concorrência fiscal prejudicial e os paraísos fiscais: novas formas de discriminação fiscal?, Clotilde Celorico Palma, Ciência e Técnica Fiscal n.º 403 Julho-Stembro de 2001. A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial: ponto de situação e perspectivas de evolução, Clotilde Celorico Palma, Fiscalidade n.º 16 Outubro de 2003. “Aspectos fundamentais na Acções de Controlo das Administrações Tributárias – Paraísos fiscais: formas de utilização de combate à evasão fiscal, Centro Interamericano de Administrações Tributárias, conferencia Técnica., Maria Teresa Barbot Veiga de Faria.

tendem a desaparecer (Palma 2001). Todavia, a autora salienta que este facto não deverá ser menosprezado uma vez que, concomitantemente, foram aprovadas dezanove recomendações¹⁹ cujo objectivo consiste no combate às práticas fiscais prejudiciais, comprometendo-se os países membros a não adoptar novas medidas que estejam abrangidas pelo respectivo âmbito de aplicação ou a não reforçar e a rever as já existentes, bem como a remover as práticas prejudiciais ou os regimes preferenciais já existentes²⁰.

No relatório em epígrafe, são apontados quatro factores identificadores de um paraíso fiscal:

- a) Tributação nula ou insignificante dos rendimentos – esta condição não é suficiente e para além disso, Palma (2003) observa que não é dado a perceber com clareza o que significa “tributação insignificante”. A este propósito Faria (2003) menciona que a aplicação de outros critérios pode colmatar as dificuldades de apreciação que este primeiro crivo pode suscitar.
- b) Vigência de disposições legislativas ou de práticas administrativas que impeçam o intercâmbio eficaz de informações para fins fiscais com outros governos sobre contribuintes que beneficiem da ausência de tributação ou da tributação nominal. Sobre este critério, Faria (2003), refere que a existência de segredo comercial e bancário e a permissão de “contas anónimas” facilitam a evasão fiscal. Por outro lado, quando não há lugar a tributação em impostos sobre o rendimento não se desenvolveu a estrutura necessária à obtenção de dados credíveis das empresas e das pessoas físicas o que também impossibilita a troca de informações. Note-se ainda que muitos dos paraísos fiscais correspondem a pequenos territórios sem capacidade de desenvolver uma estrutura administrativa necessária e adequada à implementação de um imposto sobre o rendimento.
- c) Falta de transparência quanto às disposições legais ou administrativas – as regras do regime não devem ser públicas.
- d) Ausência de actividades económicas substanciais – ou seja, quando uma jurisdição pretende somente atrair investimento ou transacções induzidas por razões estritamente fiscais.

¹⁹ Ver quadro 1 do ponto 7 (anexos)

²⁰ Denominada regra dos três R: refrear, rever e remover as práticas prejudiciais

Os factores acima mencionados, devem ser complementares entre si e os avaliadores devem ter sempre em linha de conta o contexto particular do regime.

Assim, a não tributação ou a tributação insignificante não é factor suficiente para caracterizar um país, território ou região de paraíso fiscal. Trata-se de uma condição necessária, a que deve agregar-se pelo menos mais uma das quatro condições adicionais acima mencionadas.

A posição da OCDE em relação aos paraísos fiscais mudou significativamente, após o 11 de Setembro de 2001, graças à pressão imposta pelas Estado Unidos da América. Para a OCDE, um paraíso fiscal passou a estar, essencialmente, associado aos critérios da falta de uma troca efectiva de informações e à falta de transparência dos regimes (KPMG 2008).

Segundo a OCDE, os paraísos fiscais, actualmente estão classificados em duas categorias:

- 1) Cooperante
- 2) Não cooperantes

Os primeiros facultam informações às autoridades de regulação e supervisão, sempre que estas solicitam. Estes paraísos fiscais não irão constar da lista da OCDE, sendo que apenas permanecem os não cooperantes.

Palma (2003) salienta ainda que aos países classificados como não cooperantes, são-lhes aplicadas medidas sancionatórias pelos países da OCDE, nomeadamente:

- Não concessão de deduções, isenções, créditos fiscais e outros benefícios às operações efectuadas com a jurisdição;
- Aplicação de uma retenção na fonte relativamente a determinados pagamentos a favor de sujeitos passivos nela residentes;
- Aplicação de determinadas taxas e outros encargos às operações efectuadas com a jurisdição;
- Introdução de normas sobre troca de informações pontuais e detalhadas sobre operações efectuadas com a jurisdição e aplicação de sanções em caso de informações incompletas ou falta de informação;

- Reforço da troca de informações e cooperação relativamente às operações efectuadas com a jurisdição;
- Consagração da não dedução de custos para a constituição ou aquisição de sociedades na jurisdição;
- Não conclusão de convenções para evitar a dupla tributação com a jurisdição.

Para além da classificação de “paraíso fiscal”, há ainda um outro grupo de regimes classificados como “regimes fiscais preferenciais”.

Relativamente aos factores chave de identificação destes últimos regimes, o Relatório refere factores semelhantes aos dos paraísos fiscais, a saber:

- a) Taxas de tributação efectivas nulas ou mínimas – este factor é visto como um ponto de partida necessário, mas não é suficiente para efeitos da qualificação de um regime como preferencial. É considerado regime preferencial se estiver conjugado com outro factor.
- b) Regimes de *ring fencing*, ou seja, parcial ou totalmente isolados dos mercados domésticos do país em causa .
- c) Falta de transparência quanto a aspectos legislativos e práticas administrativas.
- d) Falta de uma troca efectiva de informações relativamente aos contribuintes que beneficiam do regime.

Borges (2004), recorda ainda que existem outros factores identificativos de regimes fiscais preferenciais, embora se relacionem de uma maneira ou de outra com os quatro critérios essenciais acima descritos, nomeadamente a definição artificial da base tributável, a isenção do pagamento de imposto no país de residência relativamente aos rendimentos estrangeiros, a existência de níveis de taxas ou de bases tributáveis negociáveis, o não acolhimento dos princípios internacionais de fixação dos preços de transferência e a existência de regras sobre confidencialidade.

Contudo, saliente-se ainda que o Relatório reconhece que a avaliação como preferencial, deverá ser efectuada numa base casuística, tendo em linha de conta os respectivos efeitos económicos, visto que poderão existir motivos extra-fiscais que possam justificar a existência e manutenção de certos regimes.

1.2.3 *Código de Conduta da Fiscalidade das Empresas*²¹

O Código de Conduta da Fiscalidade das Empresas, foi aprovado em 1 de Dezembro de 1997, através da reunião do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados Membros e em 9 de Março de 1998, o Conselho confirmou a criação do Grupo “Código de Conduta”.

Os Estados Membros da UE, que adoptaram o Código, comprometeram-se a garantir, por um lado, que os princípios relativos à abolição da concorrência fiscal prejudicial sejam aplicados igualmente em territórios dependentes ou associados dos Estados Membros e, por outro, a promover estes princípios junto dos países terceiros.

O Código não é juridicamente vinculativo, todavia é considerado um influente instrumento de força política, uma vez que os Estados Membros, ao aprová-lo, comprometeram-se a eliminar medidas fiscais que constituem concorrência fiscal prejudicial e a não introduzirem no futuro nenhuma de tais medidas, refere Borges (2004).

Já Santos (1999), menciona que, não sendo um instrumento jurídico, poderá razoavelmente duvidar-se da sua eficácia. No entanto, na prática, tal não significa necessariamente que seja dotado de menor vinculatividade. De facto, os mecanismos de troca de informações e os juízos de censura política podem funcionar como forma eficaz de pressão.

Embora em sintonia com o Relatório da OCDE, os critérios que qualificam as medidas fiscais como potencialmente prejudiciais, para o Código de Conduta, divergem escassamente, a saber:

- a) Se as vantagens fiscais são concedidas apenas a não residentes ou a transacções realizadas com não residentes (*ring fencing*).
- b) Se as vantagens concedidas são totalmente isoladas da economia interna, ou seja, sem que haja incidência na base fiscal nacional. Santos (1999), sobre este

²¹ Sobre o tema vide: O planeamento fiscal internacional. O sistema fiscal português com especial referencia à Zona Franca da Madeira, Pedro Manuel Nogueira Reis, Coimbra 2004. Concorrência fiscal prejudicial – o Código de Conduta na União Europeia, M. H. de Freitas Pereira, Ciência e Técnica Fiscal n.º 390 Abril - Junho de 1998. Código de Conduta Fiscalidade das Empresas, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal n.º 185, Lisboa 2000. A Regulação Internacional da concorrência fiscal prejudicial, António Carlos dos Santos e Clotilde Celorico Palma, Ciência e Técnica Fiscal n.º 395, Julho – Setembro de 1999. Paraísos fiscais: formas de utilização e medidas de combate à evasão fiscal, Maria Teresa Barbot Veiga de Faria, Centro Interamericano de Administrações Tributárias – CIAT, Conferência Técnica: Aspectos fundamentais nas acções de controlo das administrações tributárias, Lisboa, 29 de Setembro a 2 de Outubro de 2003.

critério refere que foi dividido tendo em conta duas leituras, uma literal (o isolamento deve ser total), outra mais próxima da versão da OCDE (não se exige a totalidade absoluta do isolamento das vantagens).

- c) Se os benefícios fiscais são concedidos mesmo que não exista qualquer actividade económica real nem qualquer presença económica substancial no Estado Membro que proporciona esses benefícios.
- d) Se o método de determinação dos lucros resultantes das actividades internas de um grupo multinacional se afasta dos princípios geralmente aceites a nível internacional, nomeadamente das regras aprovadas pela OCDE.
- e) Se as medidas fiscais e as disposições legais são aplicadas de forma rigorosa ou discriminatória no plano administrativo.

Importa ainda observar que os critérios em causa têm estreita conexão entre si, nomeadamente os critérios a) e b) e os critérios c) e d), facto que implica que sejam analisados, na generalidade das situações, de forma interligada.

Para o Código importa ainda que a avaliação de uma medida como prejudicial seja efectuada de uma forma globalizada tendo em atenção os efeitos das medidas sobre os restantes Estados Membros, nomeadamente ao respeitante aos níveis de tributação efectiva das actividades em causa em toda a UE.

Quando estamos perante uma medida fiscal destinada a apoiar o desenvolvimento económico de regiões específicas, o Código estabelece que a avaliação deve ser efectuada respeitando a proporcionalidade e orientação das medidas projectadas face aos objectivos a que se destinam. Neste âmbito, as características e condicionalismos particulares das regiões ultraperiféricas e das pequenas ilhas, não podem ser esquecidas, de forma a que não se coloque em causa a integridade e a coerência da ordem jurídica comunitária, incluindo o mercado interno e políticas comuns²².

Podem ser classificadas as medidas prejudiciais nos grupos que seguem abaixo:

- a) Serviços financeiros, financiamento de grupo e pagamentos de *royalties*,
- b) Seguros, resseguros e seguros de capitais,
- c) Serviços no interior de grupos,
- d) Sociedades *holding*,

²² Código de conduta no domínio da fiscalidade das empresas, Cadernos de Ciência e Técnica fiscal n.º 185, Lisboa 2000

- e) Empresas isentas e *offshore*,
- f) Outras actividades.

1.2.4 Auxílios de Estado

A política de auxílios de estado da UE tem como objectivo contribuir para que sejam eliminadas as distorções da concorrência decorrentes de regimes específicos no âmbito da fiscalidade das empresas introduzidos por cada Estado Membro²³.

Nesta matéria, os artigos 92º a 94º do Tratado, referem o seguinte:

*Salvo disposição em contrário do presente Tratado, são incompatíveis com o mercado comum, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados Membros, os auxílios concedidos pelos Estados ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções.*²⁴

No entanto, Reis (2004), afirma que o Tratado admite a existência de auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de certas actividade e/ou regiões, desde que “não alterem as condições de trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum.”²⁵

Para poderem ser considerados pela Comissão compatíveis com o mercado comum, os auxílios estatais destinados a favorecer o desenvolvimento económico de determinadas regiões devem ser proporcionais e orientados para os objectivos pretendidos. A concessão de uma derrogação com base em critérios regionais exige que a Comissão assegure, em especial, que as medidas em causa.²⁶

- Contribuem para o desenvolvimento regional e correspondem a actividades que tenham um impacto local. O estabelecimento de actividades “*offshore*”, na medida em que as suas externalidades sobre a economia local sejam reduzidas, não contribui normalmente de forma suficiente para o desenvolvimento dessa economia,

²³ Jornal Oficial das Comunidades Europeias C384/3 de 10.12.98

²⁴ Artigo 92º nº1 do Tratado de Roma.

²⁵ Artigo 92º nº3 alínea c) do Tratado de Roma.

²⁶ Comunicação da Comissão sobre a aplicação das regras relativas aos auxílios estatais às medidas que respeitam à fiscalidade directa das empresas (98/C 384/03 de 10.12.98)

- Correspondem a desvantagens regionais reais. É discutível e existem desvantagens regionais reais envolvidas em actividades para as quais os custos adicionais que implicam têm pouca importância, como por exemplo os custos adicionais de transporte para as actividades ligadas às finanças que favorecem a evasão fiscal,
- São examinadas num contexto-comunitário²⁷. A esse respeito, a Comissão deve tomar em consideração os efeitos negativos que tais medidas podem ter noutros Estados Membros.

1.3 – Evasão e Elisão fiscal associadas às Zonas Francas e aos offshores

Este é um tema que gera uma grande preocupação aos Estados Membros, uma vez que a evasão e a elisão fiscal conduzem a uma degradação da situação fiscal aos países que fazem parte da UE.

1.3.1 Definições

Silva (2009), assegura que a elisão fiscal pode ocorrer a nível nacional ou internacional, consonante o comportamento do contribuinte se restrinja à opção por um determinado regime fiscal na ordem jurídica do seu país ou se confrontem vários ordenamentos jurídicos com regimes fiscais diversos.

O mesmo autor refere que, em função da natureza do elemento de conexão utilizado, a elisão fiscal internacional pode ser:

- I. Subjectiva – quando opera através de um elemento de conexão subjectivo, como residência ou o domicílio do contribuinte;
- II. Objectiva – quando opera através de um elemento de conexão objectivo, como o local onde se situa a fonte de produção ou de pagamento de um rendimento, designadamente o local de exercício da actividade ou instalação de um estabelecimento estável.

Por evasão fiscal, Campos (1999), salienta que é definida como uma situação extralegal, não permitida pela lei fiscal, nem encorajada directamente como seria o caso das escolhas fiscais legais. Cita ainda que a noção de evasão, de conteúdo

²⁷ Acórdão do Tribunal de Justiça de 17 de Setembro de 1980, Philip Morris/Comissão, Processo 730/79, Colectânea 1980, p.2671.

extremamente vago e multifacetado e de recorte jurídico mais que duvidoso, tem servido sobretudo para o discurso do poder e dos interesses. É associada a conceitos como “fraude fiscal”, “gestão fiscal”, “engenharia fiscal”, “fraude fiscal”, “ilusão fiscal”, etc., em termos que são normalmente perfeitamente indignos do discurso jurídico.

1.3.2 *As medidas anti-abuso*

As medidas anti-abuso baseiam-se num conjunto de medidas que visa a protecção do lucro tributável e do seu direito à tributação, evitando assim a fuga para jurisdições de nula ou baixa tributação, cita Reis (2004).

A cláusula geral anti-abuso do artigo 38º da LGT estabelece que “*são ineficazes no âmbito tributário os actos ou negócios jurídicos essencial ou principalmente dirigidos, por meios artificiosos ou fraudulentos e com abuso das formas jurídicas, à redução, eliminação ou diferimento temporal de impostos que seriam devidos em resultado de factos, actos ou negócios jurídicos de idêntico fim económico, ou à obtenção de vantagens fiscais que não seriam alcançadas, total ou parcialmente, sem utilização desses meios, efectuando-se então a tributação de acordo com as normas aplicáveis na sua ausência e não se produzindo as vantagens fiscais referidas.*”

À luz do Tribunal de Justiça Europeu (TJE)²⁸, as regras anti-evasão têm urgentemente a necessidade de atingir um equilíbrio adequado entre o interesse público de combater o abuso e a necessidade de evitar restrições desproporcionadas à actividade transfronteiras na UE e melhorar a coordenação da aplicação de medidas anti-abuso em relação a países terceiros, a fim de proteger as bases tributárias dos Estados Membros.

1.3.3 *Controlled Foreign Companies (CFC) – Sociedades Estrangeiras Controladas*

As regras que regulam as CFC²⁹ têm como principal objectivo impedir as empresas residentes de não pagarem impostos no seu país, mediante o desvio de rendimentos para subsidiárias em países com nula ou baixa tributação³⁰.

²⁸ Ver: COM (2007) 785 – Bruxelas 10-12-2007

²⁹ Empresa situada no estrangeiro, preferencialmente em território de baixa ou nula tributação, cuja constituição teve por finalidade a redução, o adiamento ou a não submissão aos impostos do país de residência dos seus detentores (Sousa 2004).

³⁰ Ver nota 28

Em Portugal, as regras fiscais que incidem sobre as CFC estão presentes no artigo 60º do CIRC. Este tipo de empresas usam entidades localizadas em paraísos fiscais ou regimes fiscais privilegiados e controlam-nas a partir de Portugal.

Os lucros das sociedade residentes fora de Portugal que estejam sujeitos a um regime fiscal mais favorável do que o doméstico são imputados aos residentes em Portugal.

1.3.4 Regras relativas à Subcapitalização

Entre o nosso ordenamento jurídico, o n.º 1 do artigo 61º do CIRC contém uma cláusula especial anti-abuso, que refere o seguinte: *“quando o endividamento de um sujeito passivo para com entidade não residente em território português com a qual existam relações especiais, nos termos definidos no n.º 4 do artigo 58º, com as devidas adaptações, for excessivo, os juros suportados relativamente à parte considerada em excesso não são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável.”*

Importa referir que o legislador português considera que existe endividamento excessivo quando o valor das dívidas, com referência a qualquer data do período de tributação, seja superior ao dobro do valor da correspondente participação no capital próprio do sujeito passivo³¹.

Contudo, Palma (2009) menciona que o financiamento por meio de capitais próprios ou de empréstimos implica distintas consequências fiscais. Financiar uma empresa por meio de capitais próprios resultará normalmente numa distribuição de lucros ao accionista sob a forma de dividendos, mas só após a tributação desses lucros ao nível da subsidiária.

1.3.5 Preços de Transferência

Faria (2003), define que os preços de transferência são valores atribuídos a bens e serviços pelos agentes económicos nas trocas que efectuem entre si, incluindo as transferências de bens e prestações de serviços que têm lugar no âmbito dos estabelecimentos e divisões independentes que integram a mesma unidade económica. Contudo, o autor considera que os contribuintes que mantêm entre si relações especiais, em particular as empresas multinacionais, podem manipular os preços de

³¹ Artigo 61º, n.º 3

transferência para deslocar os seus lucros tributáveis, sem qualquer deslocação de capital, para zonas de menos tributação.

Para Leitão (2003), uma das formas mais comuns de evasão fiscal, quer internacional, quer interna, consiste nos preços de transferência, o que tem levado diversos Estados a tomar medidas contra essa prática tributária nociva.

No Modelo de Convenção de 1977 a OCDE passou a admitir esta possibilidade no artigo 9º³².

Em Portugal, existe uma disposição desta natureza, o artigo 57º do Código do IRC que estabelece a correcção do valor dos preços de transferência para aquele que teria sido aplicado se as transacções tivessem ocorrido entre partes independentes em condições económicas e contratuais iguais ou similares (critério do preço de plena concorrência ou “*arm's length*”), cita Leitão (1993).

³² cfr. OCDE, Modelo de Convenção de Dupla Tributação sobre o rendimento e o Capital – OCDE 1977.

2. Caracterização do Centro Internacional de Negócios da Madeira

2.1 Enquadramento

O arquipélago da Madeira é um território português situado no Oceano Atlântico, a 980 km a sudoeste de Lisboa e a cerca de 550 km da costa africana. É composto por duas ilhas principais: a ilha da Madeira e a ilha do Porto Santo, cujos principais acessos são o aeroporto internacional do Funchal e do Porto Santo, respectivamente. Por via marítima, a Madeira possui um porto utilizado frequentemente por companhias de navegação tanto de transportes de mercadorias como cruzeiros turísticos. Além destas, existem mais dois grupos de ilhas desabitadas, as Selvagens e as Desertas, consideradas reservas naturais.

A Madeira é uma região autónoma, tendo-lhe sido atribuído um estatuto político e administrativo próprio previsto na Constituição da República Portuguesa³³. Faz parte integral da União Europeia com o estatuto de região ultraperiférica, estabelecido no artigo 299º n.º 2 do Tratado da União Europeia.

O Arquipélago da Madeira tem cerca de 800 km² de superfície e está dividida, administrativamente, em 11 concelhos. Possui uma densidade populacional (aproximadamente 300 hab./km²) superior à média do país, em que a maioria da população habita sobretudo na costa sul, onde se encontra a cidade do Funchal, capital da Região Autónoma da Madeira. Com uma densidade populacional de 1 500 hab./km², o Funchal concentra 45% da população da ilha (100 000 habitantes)³⁴.

2.2 Considerações Gerais

O Decreto-Lei n.º 500/80 veio autorizar a criação da Zona Franca da Madeira, revestindo a natureza industrial e constituindo uma área de livre importação de mercadorias.

O decreto em epígrafe foi alterado pelo Decreto-Regulamentar n.º 53/82, de 23 de Agosto, e disciplinou diversos aspectos do funcionamento da Zona Franca, designadamente aos tipos de actividades que nela podiam ser exercidas e quanto ao respectivo regime aduaneiro. Posteriormente, através do DL n.º 163/86, foi estabelecido o regime das actividades financeiras a exercer por “sucursais financeiras

³³ Cfr. Artigo 231º

³⁴ Os presentes dados encontram-se à data dos censos de 2001

exteriores”. O DL n.º 165/86, de 26 de Junho, concedeu benefícios fiscais e financeiros de âmbito regional para promoção e captação de investimentos na ZFM. O presente DL, refere que os incentivos destinam-se:

Artigo 6º. (Incentivos fiscais aos sócios)

Artigo 7º. (Incentivos fiscais às empresas)

Artigo 8º. (Incentivos fiscais às operações de capitais)

Artigo 9º. (Incentivos fiscais no âmbito da Segurança Social)

Artigo 10º. (Incentivos fiscais à transferência de tecnologia)

O DL n.º 352-A/88 passou a disciplinar a constituição e funcionamento de sociedades ou sucursais de *trust-offshore* na ZFM.

O Decreto Regional 22/86 de 2 de Outubro referia que o Governo Regional da RAM teria o direito de atribuir a administração do CINM a uma entidade privada, e coube à Sociedade de Desenvolvimento da Madeira administrar o CINM.

Posteriormente, através do Decreto Regional 21/87/M de 5 de Setembro, foram referidos os seguintes aspectos: o artigo 2º, cita as obrigações da SDM, os artigos 3º e 4º estão relacionados com a natureza das licenças e com a competência para o licenciamento. É o Secretario Regional do Plano que atribui ou não as licenças requeridas. O artigo 8º cita que o prazo de instalação mínimo para instalação, funcionamento e exercício das actividades que pretendam operar com instalações físicas na área geograficamente delimitada no Caniçal é de cinco anos podendo, no entanto, este prazo ser modificado seguindo determinadas regras. O artigo 9º refere as taxas que as entidades instaladas na ZFM terão que pagar para poderem operar na presente praça.

2.3 Regimes do CINM

O CINM, ao longo do seu percurso, já passou por 3 negociações com a Comissão que resultaram em 3 regimes de auxílios financeiros e fiscais distintos.

2.3.1 Regime I

A primeira negociação com a Comissão, no âmbito do regime de auxílios financeiros e fiscais para a ZFM, deu-se em 1987. Definiu-se que o CINM era composto por um

centro de serviços financeiros, um centro de serviços internacionais, uma zona franca industrial e um registo marítimo internacional³⁵.

Este regime, actualmente consta do artigo 33.º do EBF e na altura constava do artigo 41.º do mesmo Estatuto.

Barreira (1991), refere que os principais benefícios fiscais presentes no então 41.º do EBF, eram:

- 1) Isenção quanto a juros pagos por entidades instaladas nas zonas francas aos seus sócios.
- 2) Isenção quanto aos lucros distribuídos por sociedades nas zonas francas aos seus sócios.
- 3) Isenção quanto aos rendimentos pagos por entidades instaladas nas zonas francas resultantes de *know-how*, da assistência técnica, da propriedade industrial.
- 4) Isenção, até 31 de Dezembro de 2011, dos rendimentos derivados do exercício de actividades desenvolvidas nessas zonas por parte das entidades aí instaladas.

2.3.2 *Regime II*

O presente regime vigorou de 2003 a 2006 e tem como prazo para produção de efeitos até o final de 2011. Este regime consta do artigo 34º do EBF e foi autorizado pela Comissão através do auxílio estatal N222/A/2002 e N222/B/20002. A nível interno, foi aprovado através do Decreto-Lei n.º 163/2003, de 24 de Julho.

Neste segundo regime, a Comissão regista que o CINM passa a comportar a Zona Franca Industrial, os serviços Internacionais e um registo marítimo Internacional³⁶. Note-se que foram retirados os Serviços Financeiros, uma vez que à luz dos princípios da OCDE, bem como dos do Código de Conduta sobre a Fiscalidade das Empresas, este sector era considerado como prejudicial. Todavia, foi respeitada a data de produção de efeitos do antigo regime.

³⁵ Auxílio estatal N204/86 – carta SG (87) D/6736 de 23/5/1987 e Auxílio Estatal E 13/91

³⁶ Auxílio Estatal N 222/A/2002

Contrariamente ao Regime I, passou-se a tributar as novas sociedades que foram autorizadas a operar na ZFI e no Centro de Serviços Internacionais, entre 1 de Janeiro de 2003 e 31 de Dezembro de 2006. Para o anos de 2003 e 2004, passou-se a tributar as empresas em sede de IRC em 1%, para 2005 e 2006, em 2% e em 3% entre os anos de 2007 e 2011³⁷.

Introduziram-se às sociedades que passaram a fazer parte deste regime, *plafonds* limitativos dos benefícios em função do número de postos de trabalho criados. No auxílio estatal N 202/A/2002, pode-se ler que:

- *as que criarem mais de 5 postos de trabalho, em termos líquidos, terão acesso ao regime sem necessidade de preencher outras condições. Os benefícios fiscais de que tais empresas poderão beneficiar serão, no entanto, limitados através da fixação de um valor máximo da matéria colectável com eles relacionados, correspondente a 12, 20, 30 ou 125 milhões de euros, nos casos consoante criem, respectivamente, entre 6 e 30, entre 31 e 50, entre 51 e 100, ou mais de 100 empregos.*
- *as que criarem entre 1 a 5 postos de trabalho, em termos líquidos, terão acesso ao regime desde que efectuem um investimento mínimo de 75000 euros na aquisição de activos fixos (materiais ou imateriais) durante os dois primeiros anos de actividade. Neste caso, os benefícios fiscais são limitados pela fixação de um valor máximo da matéria colectável em 1,5 milhões de euros quando o número de empregos criados seja inferior a 3, ou em 2 milhões de euros quando o número de empregos criados se situe entre 3 e 5.*

Vasconcelos (2005) refere ainda que as entidades que prossigam actividades industriais beneficiam também de uma dedução de 50% à colecta do IRC, sempre que satisfaçam, pelo menos, duas das seguintes condições:

- inovações tecnológicas a nível dos produtos,
- métodos de fabrico ou organização da gestão,
- implantação de novas actividades de elevado valor acrescentado,
- utilização de recursos humanos altamente qualificados,
- melhoria das condições ambientais,

³⁷ Artigo 163/2003 de 24 de Julho

e/ou

- criação de emprego (pelo menos 15 novos postos de trabalho mantidos durante um período mínimo de 5 anos).

Todavia, Palma (2003), refere que os requisitos relativos à criação de emprego, à data, eram algo paradoxais, uma vez que a Região Autónoma da Madeira vivia uma situação próxima do pleno emprego.

Os benefícios relativos a impostos municipais (isenção), bem como a isenção dos direitos de transferência, de doação e de sucessão, devidos relativamente à aquisição de bens imobiliários destinados ao estabelecimento na Zona Franca, continuaram em vigor no presente regime.

Segundo o regime em causa, apenas podem operar no âmbito do CINM as actividades enumeradas numa lista elaborada para o efeito pelas autoridades de Portugal³⁸.

2.3.3 *Regime III (Actual regime)*

Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 13/2008 de 18 de Janeiro, o Regime III encontra-se desde 1 de Janeiro de 2007 e tem como prazo para o seu termino 31 de Dezembro de 2013. Este regime aplica-se às entidades que se licenciem entre o anterior período e tem como data final para produção de efeitos o dia 31 de Dezembro de 2020.

À semelhança do que se passou anteriormente, os incentivos do presente regime foram aprovados com o intuito de esbater os condicionalismos ao desenvolvimento existentes na RAM. Pode ler-se no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 13/2008:

Uma vez mais, os resultados económicos já atingidos, bem como o facto de o nível de consecução do programa concebido para a zona franca da Madeira ainda não ter atingido a respectiva maturação, e de, por outro lado, as capacidades dos modelos de desenvolvimento centrados nos grandes projectos de obras públicas e no turismo terem limites óbvios, tornam evidente a necessidade de manutenção do regime, como veículo imprescindível para o desenvolvimento económico e social da Madeira, através da diversificação e modernização da respectiva estrutura produtiva de bens e serviços.

³⁸ JOCE L6 10.1.2002

Igualmente ao Regime II, esta medida prevê que o CINM seja constituído por uma ZFI, um Centro de Serviços Internacionais e um Registo Marítimo Internacional, ficando novamente de fora os serviços financeiros³⁹.

No que diz respeito às taxas de imposto aplicáveis aos beneficiários, o Regime III comporta determinados aumentos, a saber:

- 2007-2009 – 3%
- 2010-2012 – 4%
- 2013-2020 – 5%

Além disso, há ainda uma dedução à colecta de 50%, para as entidades que prossigam actividades industriais que preencham, pelo menos, duas das condições abaixo⁴⁰:

- modernização da economia da Região, nomeadamente através da inovação tecnológica de produtos e de processos de fabrico ou de modelos de negócio,
- diversificação da economia regional, nomeadamente através do exercício de novas actividades de elevado valor acrescentado,
- contratação de recursos humanos altamente qualificados,
- melhoria das condições ambientais,
- criação de, pelo menos, 15 postos de trabalho que deverão ser mantidos durante um período mínimo de cinco anos.

Refira-se ainda que, igualmente ao auxílio estatal N222/A/2002 e N222/B/2002, as entidades que obtenham autorização de operação no âmbito do CINM estão isentas de impostos municipais e locais, de direitos de transferência, de doação e de sucessão, devidos relativamente à aquisição de bens imobiliários destinados ao estabelecimento na ZFM.

Palma (2008) à luz do auxílio estatal N421/2006, cita que para as entidades beneficiarem do regime especial, as entidades devem observar um dos seguintes requisitos de elegibilidade:

- criação de um a cinco postos de trabalho nos seis primeiros meses de actividade e realização de um investimento mínimo de (euro) 75 mil na

³⁹ Auxílio Estatal N421/2006 - Portugal

⁴⁰ Auxílio Estatal N421/2006 – Portugal – 2.5. Modalidades e montante dos auxílios (16)

aquisição de activos fixos, corpóreos ou incorpóreos, nos dois primeiros anos de actividade.

- criação de seis ou mais postos de trabalho nos seis primeiros meses de actividade.

O mesmo auxílio de estado veio referir que os benefícios fiscais atribuídos às entidades estão limitados pela fixação de um valor máximo da matéria colectável para a respectiva incidência. O limite máximo de matéria colectável objecto do benefício fiscal em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas depende do número de postos de trabalho criados pelo beneficiário, de acordo com a seguinte escala:

- 2 milhões de euros pela criação de 1 a 2 postos de trabalho;
- 2,6 milhões de euros pela criação de 3 a 5 postos de trabalho;
- 16 milhões de euros pela criação de 6 a 30 postos de trabalho;
- 26 milhões de euros pela criação de 31 a 50 postos de trabalho;
- 40 milhões de euros pela criação de mais de 51 a 100 postos de trabalho;
- 150 milhões de euros pela criação de mais de 100 postos de trabalho.

Palma (2008) refere ainda que às SGPS determina-se que os rendimentos deste tipo de sociedades licenciadas a partir de 1 de Janeiro de 2007 e até 31 de Dezembro de 2013, são tributados em IRC nos termos referidos no n.º 1, salvo os obtidos no território português, exceptuadas as zonas francas, ou em outros Estados Membros da UE, que são tributados nos termos gerais.

Relativamente as actividades permitidas a operar no âmbito do regime do CINM, as autoridades portuguesas elaboraram uma lista com base na nomenclatura estatística das actividades económicas na Comunidade Europeia (Nomenclatura geral das Actividades Económicas nas Comunidades Europeias – NACE Rev. 1.1)⁴¹. Essa lista inclui serviços referentes a⁴²:

- agricultura e produção animal
- pesca, aquicultura e serviços relacionados
- indústrias transformadoras
- produção e distribuição de electricidade, gás e água

⁴¹ JO L 6 de 10.1.2002

⁴² Auxílio Estatal N421/2006 – Portugal – 2.9. âmbito do Regime (25)

- comércio por grosso
- transportes e comunicações
- actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- ensino superior, ensino para adultos e outras actividades educativas
- outras actividades de serviços colectivos

2.3.4 Síntese dos três regimes existentes

	Regime I	Regime II	Regime III
Período de Vigência	1987 - 2011	2003 - 2006	2007 – 2013
Data limite de produção de efeitos	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2020
Comporta	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços Financeiros • Serviços Internacionais • Registo Internacional de Navios • Zona Franca Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços Internacionais • Registo Internacional de Navios • Zona Franca Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços Internacionais • Registo Internacional de Navios • Zona Franca Industrial
Principais benefícios	Taxa de IRC – 0%	Taxas de IRC: <ul style="list-style-type: none"> • 2003 – 2004 1% • 2005 – 2006 2% • 2007 – 2011 3% 	Taxas de IRC: <ul style="list-style-type: none"> • 2007 – 2009 3% • 2010 – 2012 4% • 2013 – 2020 5%
Plafonds limitativos dos benefícios	Não existem	<ul style="list-style-type: none"> • 6–30 Postos de Trabalho – 12M€ • 31–50 Postos de Trabalho – 20M€ • 51–100 Postos de Trabalho – 30M€ • +100 Postos de Trabalho – 125M€ 	<ul style="list-style-type: none"> • 1-2 Postos de Trabalho – 2M€ • 3-5 Postos de Trabalho – 2,6M€ • 6-30 Postos de Trabalho – 16M€ • 31-50 Postos de Trabalho – 26M€ • 51-100 Postos de Trabalho – 40M€ • +100 Postos de Trabalho – 150M€

3. O Centro Internacional de Negócios da Madeira é ou não um paraíso fiscal: argumentos a favor e contra.

Para avaliarmos se um país, região ou território é ou não um offshore há que ter em conta os vários factores já anteriormente referidos.

3.1 Argumentos a favor de ser um paraíso fiscal

No ponto 1.2.2 do presente trabalho é mencionado que a baixa ou nula tributação é um factor chave de identificação de um paraíso fiscal. No caso do CINM há, efectivamente, nula tributação às empresas que estão a vigorar segundo as regras do Regime I e baixa tributação para as empresas que estão perante os outros dois regimes abordados.

Porém, à luz do Relatório da OCDE, Xavier (2007) salienta que a importância de cada um dos factores chave de identificação de um paraíso fiscal depende, em grande parte, do contexto particular, ou seja, deverá ser aferida casuisticamente.

Xavier (2007) menciona ainda que o conceito de paraíso fiscal é essencialmente relativo, dado que qualquer Estado poderá, no respeitante a outro, funcionar enquanto tal, bastando para esse efeito, que não tribute determinados rendimentos ou que as suas taxas de tributação sejam significativamente mais baixas.

Já Palma (2003) assume que inexistência ou insignificante tributação dos rendimentos é um factor identificativo de um offshore. Contudo, não é um factor suficiente para qualificar um Estado como tal, uma vez que não é definido no Relatório da OCDE, o que se entende por tributação insignificante. Com efeito, este critério é, em simultâneo:

- uma condição necessária para identificação dos paraísos fiscais, podendo ser suficiente para a respectiva qualificação, enquanto tal caso se combine com o facto de a jurisdição em apreço se apresentar, ou ser reconhecida, como um local em que os contribuintes se podem evadir à tributação nos respectivos países de residência.
- um ponto de partida para a classificação de uma jurisdição como tal, devendo ser confirmado pela verificação cumulativa de outros critérios.

No ponto 1.2.1 deste trabalho é referido que é um elemento essencial de um paraíso fiscal a estabilidade política de uma jurisdição, todavia, tal como o factor anterior, analisado isoladamente, não é suficiente para considerar um Estado um paraíso fiscal.

A fiscalidade reduzida existente no CINM é limitada no tempo e existe por uma motivação económica razoável: atrair, com regras bem definidas, investimento externo como forma de contribuir para a diversificação e internacionalização da economia da RAM⁴³.

3.2 Argumentos contra ser um paraíso fiscal

Num relatório⁴⁴ divulgado em 2000, a OCDE identificou um determinado número de jurisdições como paraísos fiscais de acordo com uma lista de critérios que estabelecera. Assim, entre 2000 e Abril de 2002, 31 jurisdições⁴⁵ assumiram compromissos formais para implementar as normas da OCDE de transparência e troca de informações.

Todavia, relativamente a esta lista, Xavier (2007) menciona que ficou desde logo acordado que se trataria de uma lista aberta em evolução contínua, no sentido de que poderiam entrar novos países ou territórios.

Na lista publicada no ano 2002 figuravam 7 jurisdições⁴⁶ e dois anos depois, elencava apenas 5⁴⁷.

No respeitante aos regimes fiscais preferenciais, foi publicada a lista⁴⁸ num relatório da OCDE de 2006 – *The OCDE's Project on Harmful Tax Practices: 2006 update on progress in member countries*.

Hager (2003) refere que, ao comparar-se o regime da ZFM com a maioria dos paraísos fiscais existentes, o CINM é exactamente o tipo de regime que a comunidade internacional tem tentado promover nos últimos dois anos: bem regulado e

⁴³ “Morte ao Offshore da Madeira!” – Frederico Gouveia e Silva, Diário de Notícias da Madeira, 20 de Outubro de 2010

⁴⁴ Towards Global Tax Co-Operation – Report to the 2000 Ministerial Council meeting and Recommendations by the Committee on Fiscal Affairs – Progress in identifying and eliminating harmful tax practices – OCDE, 16 de Junho de 2000.

⁴⁵ Bermudas, Ilhas Cayman, Islândia, Chipre, Malta, Maurícias, São Marino, Andorra, Anguilla, Antigua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Bahamas, Baharain, Barbados, Belize, Dominica, Federação de St Christopher & Nevis, Gibraltar, Grenada, Guernsey/Sark/Alderney, Ilhas Cook, Ilha de Man, Ilhas Virgens Americanas, Jersey, Libéria, Montserrat, Niue, Panamá, Principado do Liechtenstein, Principado do Mónaco, República das Ilhas Marshall, República de Nauru, República das Seychelles, República do Vanuatu, Samoa, Santa Lúcia, São Vicente e as Grenadines, Tonga e Turk & Caicos.

⁴⁶ Andorra, Libéria, Principado do Liechtenstein, Principado do Mónaco, República das Ilhas Marshall, República de Nauru e República do Vanuatu.

⁴⁷ Andorra, Libéria, Principado do Liechtenstein, Principado do Mónaco, República das Ilhas Marshall.

⁴⁸ Ver tabela 1 do ponto 7 (anexos)

supervisionado, legislado sobre lavagem de dinheiro, onde não há sigilo bancário e há cooperação para com outras jurisdições.

O mesmo autor menciona, ainda, que o CINM oferece um dos poucos caminhos viáveis para o crescimento económico sustentável da RAM, e considera que a dependência de fundos provenientes da União Europeia diminuirá através da manutenção da ZFM.

Segundo Levin (2002) a Madeira não é um típico paraíso fiscal. Apesar de ter vantagens a nível de benefícios fiscais, estes estão limitados no tempo e sujeitos a reavaliação pela UE. Além disso, a regulação e a supervisão ajustam-se aos padrões “*onshore*”.

Palma (2008) considera que o CINM ao não se configurar como um paraíso fiscal, mas como um regime fiscal preferencial e encontrando-se sujeito exactamente às mesmas regras sobre troca de informações e supervisionamento de entidades oficiais, como o Banco de Portugal ou a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, crê que uma das questões essenciais, caso se pretenda continuar com o regime, consiste num controlo eficaz das operações realizadas. Não existindo impedimentos de natureza legal à existência de controlos, a credibilidade do funcionamento de um regime como o do CINM passa por uma correcta inspecção do seu funcionamento.

Em conformidade com o ponto 17 das Orientações relativas aos Auxílios estatais com finalidade Regional para o período de 2007-2013, a Comissão regista que, tendo em conta as desvantagens próprias com que se deparam em razão do seu afastamento e as limitações específicas de integração no mercado único, os auxílios regionais às regiões ultraperiféricas abrangidas pelo n.º 2 do artigo 299.º do Tratado também são abrangidos pela derrogação prevista no n.º 3, alínea a), do artigo 87.º do mesmo Tratado. Neste contexto, e de acordo com o mapa português dos auxílios com finalidade regional para 2007-2013⁴⁹, a Madeira é uma região ultraperiférica plenamente elegível para auxílios regionais ao abrigo do n.º 3, alínea a) do artigo 87.º do Tratado CE até 31 de Dezembro de 2013⁵⁰.

Dado o referido anteriormente, torna-se notória a existência de actividades económicas substanciais no CINM. A sua manutenção é justificada por várias razões

⁴⁹ JO C 54 de 4.3.2006, p.13

⁵⁰ Auxílio Estatal N 421/2006 – Fundamento jurídico da medida

e não se pretende apenas atrair investimento ou transacções induzidas por razões estritamente fiscais.

De acordo com as regras portuguesas de preços de transferência, as quais seguem as linhas de orientação dos preços de transferência da OCDE, as operações no âmbito do CINM entre as partes relacionadas deverão ser sempre realizadas ao preço integral de mercado⁵¹.

O regime da ZFM acata também na totalidade as regras nacionais e internacionais relativas à subcapitalização.

3.3 Quadro Síntese

CINM	Paraíso Fiscal
Não está listado como paraíso fiscal	Consta da lista dos paraísos fiscais
Os residentes não têm os mesmos benefícios que os não residentes	Os benefícios gerais são para qualquer entidade, independentemente da localização da direcção económica.
Redução de taxas de IRC (de 0% a 5%)	Não há tributação
IVA não tem qualquer benefício fiscal específico	Mercado isolado de qualquer outro sistema jurídico
Regulamentação e supervisão das entidades na ZFM é igual às que estão sujeitas as restantes sociedades portuguesas. Ou seja, as entidade financeiras estão sujeitas às regras de branqueamento de capitais e de sigilo bancário	Não é necessária aprovação de contas através de auditorias. Não há obrigações contabilísticas
Os capitais circulam com total controlo	Não existe controlo sobre circulação de capitais
Existe limite temporal imposto por lei em relação aos benefícios concedidos	Não há limites previstos
Existência de actividades económicas	Ausência de actividades económicas

⁵¹ Newmadeira Investment – Obrigações e Deveres do Centro Internacional de Negócios da Madeira, 25 de Agosto de 2008.

substanciais. Ou seja, o CINM não pretende somente atrair investimento ou transacções induzidas por razões estritamente fiscais.	substanciais. Os paraísos fiscais pretendem atrair investimento por razões estritamente fiscais.
--	--

4. Contributos do CINM para a Economia da Região Autónoma da Madeira

O CINM ao longo do seu percurso, procurou desenvolver acções locais, nacionais e internacionais de divulgação e promoção, o que se traduziu num aumento do “turismo de negócios”. Num estudo levado a cabo por Vasconcelos (2003), concluiu-se que ainda não é possível quantificar os “turistas de negócios” que se deslocam à região, porém pode-se verificar que a maior parte das visitas são de clientes da ZFM (81%), embora os sócios e colaboradores regressem à Madeira com maior frequência. Nas tabelas 2 e 3, apresenta-se a frequência das visitas de sócios/colaboradores e a de clientes.

É ainda de salientar que aproximadamente 46% da amostra estudada pela autora, referiu que conjuga os negócios com o lazer. Na tabela 4, veja-se as actividades eleitas pelo visitantes.

Segundo a Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, em 31/12/2009, o CINM tinha a seguinte distribuição de sociedades, pelos seus quatro sectores de actividade.

- Serviços Internacionais – 2900 sociedades
- Registo Internacional de Navios – 240 registos
- Zona Franca Industrial – 51 Sociedades
- Serviços Financeiros – 30 entidades financeiras

No gráfico 1, apresenta-se a evolução do CINM, relativamente às sociedades licenciadas. Note-se um decréscimo nos últimos anos, que deve-se ao facto da entrada em vigor dos regimes fiscais II e III.

Mais pormenorizadamente, nos gráficos 2 e 3 pode-se visualizar a evolução do n.º de sociedades consoante cada um dos 3 regimes fiscais existentes⁵².

Os 4 sectores de actividade do CINM empregam 6088⁵³ colaboradores. Os trabalhadores em causa estão distribuídos da forma que mostra a tabela 5. Cerca de metade dos profissionais é de origem madeirense, contudo importa observar o gráfico 4 para um total conhecimento da origem dos colaboradores da ZFM. No gráfico 5

⁵² Workshop – Governo da República e o CINM – Anatomia de um Processo e de uma ruptura negocial, Eduardo Jesus, 25/03/2011

⁵³ Fonte: SDM

podemos ter conhecimento da evolução do CINM, relativamente ao número de postos de trabalho.

Quanto às habilitações dos profissionais, veja-se o gráfico 6. Refira-se que a grande parte dos colaboradores se formou no Arquipélago da Madeira e que as remunerações médias mensais dos trabalhadores da ZFM são superiores em 73,4% ao valor médio do resto da RAM^{54 55}.

Num levantamento efectuado por Vasconcelos (2003), comprova-se que o sector imobiliário é afectado positivamente pela presença do CINM. Dos respondentes do estudo, 10% das empresas indicaram ter adquirido o seu próprio escritório, 68% alugaram-no, representando um total de 7500 metros quadrados, à data, utilizados por estas empresas. A autora salienta, no entanto, que, embora muito conservadores, uma vez que a amostra diz respeito apenas às empresas que disponibilizaram informações sobre estes aspectos, deve-se considerar que próximo de 95% destas entidades estão localizadas em áreas e edifícios nobres do Funchal, o que reflecte que os valores envolvidos em termos de rendas mensalmente pagas aos proprietários são bastante elevados. Na tabela 7 são mencionados os custos aproximados por metro quadrado dos escritórios existentes na Madeira.

No que respeita à contribuição da ZFM quanto a IRC, apesar de se desconhecerem estatísticas recentes, os últimos dados disponíveis apontavam para um contributo de cerca de um quinto do PIB Regional⁵⁶. A nível nacional o CINM representa 0,6% do PIB⁵⁷.

Em termos de IVA, o CINM representa para a Região cerca de 21% do IVA liquidado na Madeira⁵⁸.

Refira-se ainda que existem receitas adicionais que entram nos cofres da RAM, nomeadamente através das taxas de instalação e anuais de funcionamento cobradas às entidades licenciadas.

⁵⁴ Contas Regionais e inquéritos às empresas do CINM – Dados de 2002

⁵⁵ Veja-se tabela 6

⁵⁶ Fonte: INE 2002 – 18% gerados por sector não financeiro e 3% gerados por sector financeiro.

⁵⁷ Veja-se nota 56

⁵⁸ Fonte: SRPF 2004

5. Conclusão

O CINM foi desenhado e estruturado a partir de um processo de análise, estudo e ponderação minucioso. Desde o seu início que foi criado para vigorar por um período mínimo de 25 anos, de forma a poder atingir os objectivos de desenvolvimento regional propostos.

O CINM usufrui de determinados benefícios fiscais ao investimento, de natureza contratual e fiscal que constitui um programa de Auxílios de Estado. Importa referir que é totalmente aprovado e apoiado por Portugal e pela União Europeia.

Nos últimos 20 anos, com o aumento das praças offshore, tem-se vindo a assistir a um aumento de tentativas de combater e controlar os efeitos produzidos pelos paraísos fiscais.

O CINM não está listado como um paraíso, à luz da OCDE. A designação correcta ao regime fiscal do CINM é regime fiscal preferencial. Na ZFM existe baixa e nula tributação, todavia, este factor não é suficiente para efeitos da qualificação de um regime como paraíso fiscal.

As entidades licenciadas para operar no CINM seguem todas as regras nacionais e internacionais por isso as operações que passam na ZFM não são mais nem menos lícitas que as desenvolvidas fora do âmbito da Zona Franca da Madeira.

A economia regional tem tirado alguns proveitos desde o momento em que passou a contar com o Centro Internacional de Negócios da Madeira. Saliente-se que o CINM divulga e promove a ilha junto de diversas actividades em mercados internacionais.

O CINM emprega um número significativo de trabalhadores e continua a ser uma porta de entrada para trabalhadores altamente qualificados.

A nível quantitativo, o contributo do CINM para a economia regional tem registado resultados interessantes, que fazem com que a dependência de transferências, quer do Orçamento do Estado quer da União Europeia, seja cada vez menos relevante.

Bibliografia

BARREIRA, Rui. “Problemas do Regime Fiscal da Zona Offshore da Madeira”. Revista Fisco n.º 33 – Julho de 1991.

BORGES, António de Moura. “Contribuições sobre o combate à concorrência tributária internacional prejudicial”. Revista Fórum de Direito Tributário, 2004.

CAMPOS, Diogo de Leite. GOUVEIRA, Jorge Bacelar. GOMES, Nuno Sá. SILVA, Isabel Marques da, SOUSA, Jorge Lopes de. GONÇALVES, Joaquim. RODRIGUES, Benjamin. MACHETE, Pedro. CÂMARA, Francisco de Sousa da. CARDONA, Maria Celeste, Problemas Fundamentais do Direito Tributário, Visilis editores, Lisboa 1999.

Código de Conduta Fiscalidade das Empresas, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal n.º 185, Lisboa 2000

DOGGART, Caroline, Paraísos Fiscais, Vida Económica, 3ª edição, 2003.

FARIA, Maria Teresa Barbot Veiga de, Paraísos Fiscais: formas de utilização e medidas de combate à evasão fiscal, Conferência Técnica – “Aspectos Fundamentais nas Acções de Controlo das Administrações Tributárias”, Setembro – Outubro de 2003.

HAGER, Wolfgang. LEVIN, Mattias. The Madeira International Business Centre: The Economic Context and European Interests. Junho 2003.

KPMG, A competitividade Fiscal da Região Autónoma da Madeira, 25 de Agosto de 2008

KRONBERG, Hécio, A Livre Circulação de Capitais no Mercosul. São Paulo: Hemus 2003.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, Evasão e Fraude Fiscal Internacional, Colóquio – A Internacionalização da Economia e a Fiscalidade, Centro de Estudos Fiscais, Abril de 1993.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, O Controlo e Combate às Práticas Tributárias Nocivas, Conferência Técnica – “Aspectos Fundamentais nas Acções de Controlo das Administrações Tributárias”, Setembro – Outubro de 2003.

LEVIN, Mattias, The Prospects for Offshore Financial Centres in Europe, CEPS Research Report, Agosto 2002

LUDLOW, Peter. MARTINS, Vítor. FERRER, Núñez Jorge, “Establishing Suitable Strategies to Improve Sustainable Development in the Portuguese Ultraperipheral Regions of Madeira and the Azores”, January 2000.

MOLLE, Willem. BAKER, Parl. BORGER, Johannes. Feekers, Fons. Para uma Estratégia de Diversificação na Região Autónoma da Madeira: recomendações para ultrapassar o problema da ultraperiféricidade, Roterdão, 16 de Junho de 2003

OCDE, L'évasion et la Fraude Fiscales Internationales – Quatre études”. Paris 1987.

OCDE, The OCDE's Project on Harmful Tax Practices : The 2004 Progress Report

OCDE, The OCDE's Project on Harmful Tax Practices: 2006 update on Progress in Member Countries.

OCDE, Towards Global Tax Co-Operation – Report to the 2000 Ministerial Council meeting and Recommendations by the Committee on Fiscal Affairs – Progress in Identifying and eliminating Harmful Tax Practices. 10 de Junho de 2000.

PALMA, Clotilde Celorico, “A Comunicação da Comissão Europeia sobre a aplicação de medidas anti-abuso”, Revista TOC n.º 114 – Setembro 2009

PALMA, Clotilde Celorico, “A OCDE, a Concorrência Fiscal Prejudicial e os Paraísos Fiscais: Novas Formas de Discriminação Fiscal?”, Ciência e Técnica Fiscal n.º 403, Julho – Setembro 2001

PALMA, Clotilde Celorico, “A OCDE e o combate às práticas da concorrência fiscal prejudicial: ponto de situação e perspectivas de evolução”, Revista Fiscalidade n.º 16, Outubro de 2003

PALMA, Clotilde Celorico, “Algumas reflexões sobre o novo regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira”, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Abril de 2008.

PALMA, Clotilde Celorico, “Novo Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira – características fundamentais.” Revista TOC n.º 99 – Junho de 2008

PALMA, Clotilde Celorico, “Novo Regime Fiscal do Centro Internacional de Negócios da Madeira”. Revista TOC n.º 42 – Setembro de 2003.

PALMA, Clotilde Celorico, “O Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira – Um instrumento de competitividade fiscal”, Jornal de Contabilidade, n.º 351, Junho de 2006.

PALMA, Clotilde Celorico, “Regime Fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais licenciadas no Centro Internacional de Negócios da Madeira – Aspectos fundamentais”, Fisco, n.º 113/114, Abril de 2004.

PEREIRA, M. H. De Freitas, Concorrência Fiscal Prejudicial – O Código de Conduta da União Europeia. Ciência e Técnica Fiscal n.º 390, Abril – Junho de 1998.

REIS, Pedro, “O Planeamento Fiscal Internacional. O Sistema Fiscal Português com especial referencia à Zona Franca da Madeira”, Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia, Coimbra, 2004.

SANTOS, António Carlos dos. PALMA, Clotilde Celorico. A regulação Internacional da Concorrência Fiscal Prejudicial. Ciência e Técnica Fiscal n.º 395, Julho – Setembro de 1999

SILVA, Fernandes Amândio. CRAVO, Domingos, “Conclusões da conferencia internacional sobre planeamento fiscal”, Revista TOC 106, Janeiro de 2009.

SILVA, Paulo, “Os Processos Negociais com a União Europeia”, Conferência – O Centro Internacional de Negócios da Madeira. Presente e Futuro, Lisboa 23 de Junho de 2003.

SOUSA, João. Paraísos Fiscais – Planeamento Fiscal Internacional e Combate à Evasão Fiscal. Universidade do Porto. 2004

VASCONCELOS, Cláudia Câmara, “Os contributos do CINM para a Economia Regional”, Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, SA, Lisboa 23 de Junho de 2003.

VASCONCELOS, Cláudia Câmara, JESUS, Eduardo, SILVA, Frederico Gouveia, SILVA, Leonel João. Madeira: reflexões sobre o Desenvolvimento. Outubro de 2005.

XAVIER, Alberto, PALMA Clotilde Celorico, XAVIER, Leonor. Direito Tributário Internacional. 2ª Edição. Coimbra 2007.

6. Anexos

Quadro 1

Recomendações OCDE	
Recomendação 1: empresas estrangeiras controladas (CFC) ou medidas equivalentes	Os países que não tenham tais tipos de medidas deverão ponderar a respectiva adopção. Por outro lado, os países que as tenham adoptado devem assegurar-se que a respectiva aplicação se encontra em conformidade com as medidas de combate às práticas fiscais prejudiciais
Recomendações 2: fundos de investimento estrangeiro ou medidas equivalentes	Os países que não tenham este tipo de medida deverão adoptá-las e aqueles que as tenham adoptado deverão ponderar a respectiva aplicação aos rendimentos e às entidades abrangidas pelas práticas qualificadas como concorrência fiscal prejudicial
Recomendação 3: restrições inerentes à concessão de isenções ao rendimento estrangeiro no contexto da concorrência fiscal prejudicial	Os países que recorrem ao método da isenção para eliminar a dupla tributação do rendimento estrangeiro deverão certificar-se da respectiva aplicação apenas às actividades que não se qualifiquem como concorrência fiscal prejudicial
Recomendação 4: trocas de informações com outros países	Os países que não tenham regras relativas à troca de informações sobre as transacções internacionais e as operações estrangeiras realizadas por contribuintes residentes deverão adoptá-las, bem como proceder à troca de informações obtidas por essa via
Recomendação 5: procedimentos administrativos	Os países que tenham um sistema de informações administrativas prévia, deverão tornar públicas as condições de concessão de tais informações
Recomendação 6: preços de transferência	Os países que seguem os princípios consignados no documento de 1995 da OCDE relativo aos preços de transferência, deverão ter em consideração a respectiva aplicação apenas às situações que não se qualifiquem como concorrência fiscal prejudicial
Recomendação 7: acesso às informações bancárias pela Administração Fiscal	No contexto da concorrência fiscal prejudicial, os países deverão rever a sua legislação e práticas relativas ao acesso à informação bancária, tendo em vista a remoção dos impedimentos ao acesso a este tipo de informação pela Administração Fiscal
Recomendação 8: intensificação e maior eficiência da troca de informações	Os países deverão adoptar programas de intensificação da troca de informações relevantes respeitantes às transacções efectuadas nos paraísos fiscais e aos regimes fiscais preferenciais que se qualifiquem como concorrência fiscal prejudicial
Recomendação 9: concessão dos benefícios previstos nos tratados	Os países devem ponderar a inclusão, nas convenções de natureza fiscal, de disposições que restrinjam a concessão de benefícios a entidades e rendimentos abrangidos por medidas que constituam práticas fiscais concorrenciais prejudiciais e ponderar em que sentido as disposições já existentes poderão ser utilizadas da mesma forma. Deverá igualmente ser ponderado em que medida o modelo de convenção OCDE deverá ser alterado de forma a incluir este tipo de medidas ou de clarificações
Recomendação 10: classificação do papel das medidas internas anti-abuso nos tratados	O comentário ao modelo de convenção OCDE deverá ser clarificado atendendo à

	compatibilidade das medidas internas anti-abuso com o modelo da convenção
Recomendação 11: lista de regras de exclusão constante dos tratados	O comité deverá elaborar uma lista das regras utilizadas pelos países no sentido de excluir dos benefícios das convenções fiscais determinadas entidades ou tipos de rendimentos, devendo tal lista ser utilizada como ponto de referência aquando da negociação de convenções fiscais e servir de base para as discussões do Fórum
Recomendação 12: celebração de tratados com paraísos fiscais	Os países devem denunciar os tratados celebrados com paraísos fiscais e não celebrar mais tratados com tais territórios
Recomendação 13: programas de acção coordenados (v.g. de auditoria conjunta)	Os países devem efectuar este tipo de acções relativamente aos contribuintes que beneficiem de práticas qualificadas como concorrência fiscal prejudicial
Recomendação 14: reclamações fiscais	Os países devem ser incentivados a rever as regras aplicadas ao reforço das reclamações em matéria fiscal adoptadas pelos outros países e o Comité deverá prosseguir o seu trabalho nesta área tendo em vista disposições que, atendendo àquele objectivo, possam vir a ser incluídas nos tratados
Recomendação 15: princípios directores e Fórum para as práticas fiscais prejudiciais	Os países membros devem seguir os princípios directores sobre os regimes fiscais preferenciais prejudiciais e constituir um Fórum para implementar, bem como as demais recomendações constantes do Relatório
Recomendação 16: elaboração de uma lista de paraísos fiscais	O Fórum deverá ser mandatado para elaborar, no prazo de um ano após a respectiva primeira reunião e com base nos critérios de identificação constantes do Relatório, uma lista dos paraísos fiscais
Recomendação 17: Relações com os paraísos fiscais	Os países que tenham relações especiais, de natureza económica ou outra, com paraísos fiscais, devem certificar-se que tais ligações não contribuem para a concorrência fiscal prejudicial e, em particular, os países que tenham territórios dependentes que sejam paraísos fiscais deverão certificar-se que as relações que mantêm com tais territórios não contribuem para a promoção ou para o incremento de concorrência fiscal prejudicial
Recomendação 18: desenvolvimento e promoção activa dos princípios para uma boa Administração Fiscal	O Fórum deve ser responsável pelo desenvolvimento e pela promoção activa de princípios que deverão nortear as administrações fiscais, no reforço das recomendações constantes do Relatório
Recomendação 19: associação de países não membros à recomendação	O Fórum deverá empreender um diálogo com os países não membros, utilizando, quando apropriado, os <i>fora</i> de outras organizações internacionais, com o objectivo de promover as recomendações constantes do Relatório, incluindo as linhas directrizes

Fonte: Revista Ciência e Técnica Fiscal n.º 395 Julho - Setembro de 1999

Tabela 1

Potentially Harmful Rgimes Identified in 2000			
1	Austrália	Offshore Banking Units	Not Harmful
2	Belgium	Co-ordination Centres	Abolished
3	Belgium	Ruling on Informal Capital	Amended
4	Belgium	Ruling on Foreign Sales Corporation Activities	Abolished
5	Belgium	Distribution Centres	Amended
6	Belgium	Service Centres	Amended
7	Canada	International Banking Centres	Not Harmful
8	Canada	International Shipping	Not Harmful
9	Canada	Non-resident Owned Investment Corporations	Abolished
10	Finland	Aland Captive Insurance Regime	Abolished
11	France	Headquarters Regime	Amended
12	France	Logistics Centres	Amended
13	Germany	Monitoring and Co-ordinating Offices	Amended
14	Germany	Internacional Shipping	Not Harmful
15	Greece	Shipping Offices	Not Harmful
16	Greece	Shipping Regime (Law 27/75)	Not Harmful
17	Greece	Offices of Foreign Companies	Abolished
18	Greece	Mutual Funds/Portfoli Investment Companies	Not Harmful
19	Hungary	Venture Capital Companies	Not Harmful
20	Hungary	Preferential Regime for Companies Operating Abroad	Abolished
21	Iceland	International Trading Companies	Abolished
22	Italy	Trieste Financial Services and Insurance Centre	Abolished
23	Italy	International Shipping	Not Harmful
24	Ireland	International Financial Services Centre	Abolished
25	Ireland	Shannon Airport Zone	Abolished
26	Korea	Offshore Activities of Foreign Exchange Banks	Abolished
27	Luxembourg	Provisions for Fluctuations in Re-insurance Companies	Abolished
28	Luxembourg	Finance Branch	Amended
29	Luxembourg	Management Companies managing only one mutual fund (1929 Holding Companies)	Harmful
30	Netherlands	Risk Reserves for International Group Financing	Abolished
31	Netherlands	Intra-group Finance Activities	Amended
32	Netherlands	Finance Branch	Amended
33	Netherlands	International Shipping	Not Harmful
34	Netherlands	Cost-plus/Re-sale Minus Ruling	Amended
35	Netherlands	Ruling on Informal Capital	Amended
36	Netherlands	Ruling on Foreign Sales Corporation Activities	Abolished

37	Norway	International Shipping	Not Harmful
38	Portugal	Madeira International Business Centre	Abolished
39	Portugal	International Shipping Register of Madeira	Not Harmful
40	Portugal	External Branches in the Madeira International Business Centre	Abolished
41	Spain	Basque Country and Navarra Co-ordination Centres	Abolished
42	Sweden	Foreign Non-life Insurance Companies	Abolished
43	Switzerland	50/50 Practice	Abolished
44	Switzerland	Service Companies	Amended
45	Turkey	Istanbul Offshore Banking Regime	Abolished
46	Turkey	Turkish Free Zones	Not Harmful
47	United States	Foreign Sales Corporation	Abolished

Tabela 2

Frequência da visita de sócios/colaboradores		
Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
Menos de 1 vez por ano	6,8	6,8
Anualmente	23,6	30,4
Semestralmente	28,6	59
Trimestralmente	21,1	80,1
Mensalmente	11,2	91,3
Quinzenalmente	0,6	91,9
Semanalmente	8,1	100
Total	100	

Fonte: Levantamento SDM – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, SA

Tabela 3

Frequência da visita de clientes		
Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Menos de 1 vez por ano	5,5	5,5
Anualmente	77,2	82,6
Semestralmente	14,9	97,6
Trimestralmente	1,9	99,4
Mensalmente	0,4	99,9

Quinzenalmente	0,1	100
Total	100	

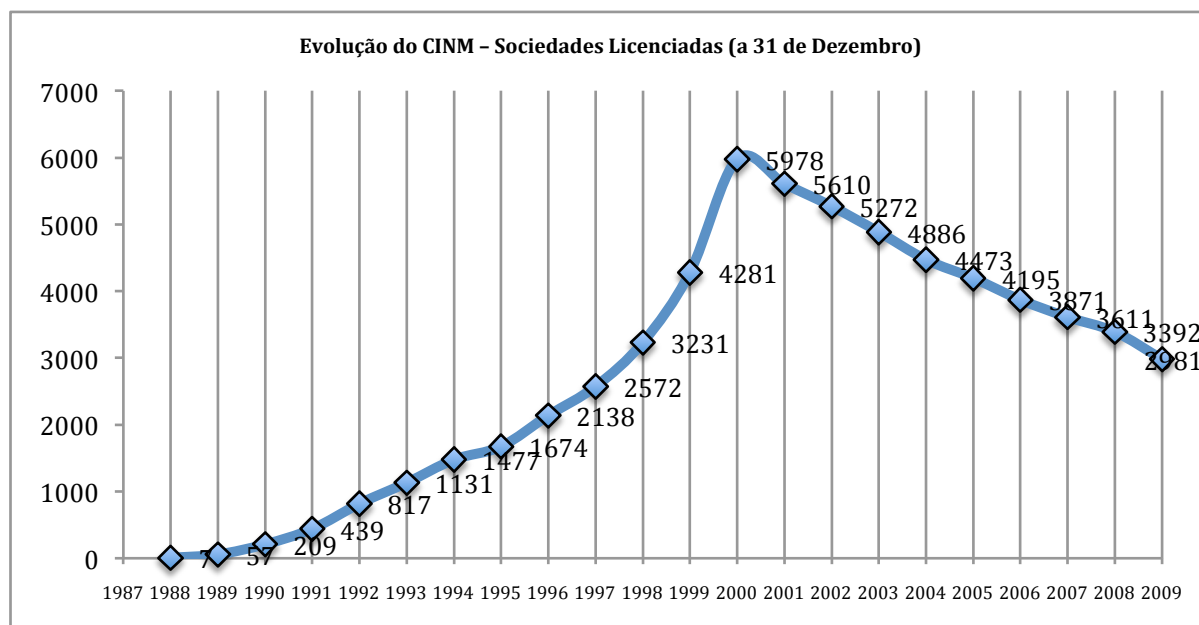
Fonte: Levantamento SDM – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, SA

Tabela 4

Visitantes que aproveitam para conjugar negócios com lazer	
Actividade	Respostas afirmativas (%)
Golfe	75,6
Passeios a pé	31,7
Pesca desportiva	5,5
Mergulho	2,9
Outros desportos náuticos	34,4
Outros	53,6

Fonte: Levantamento SDM – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, SA

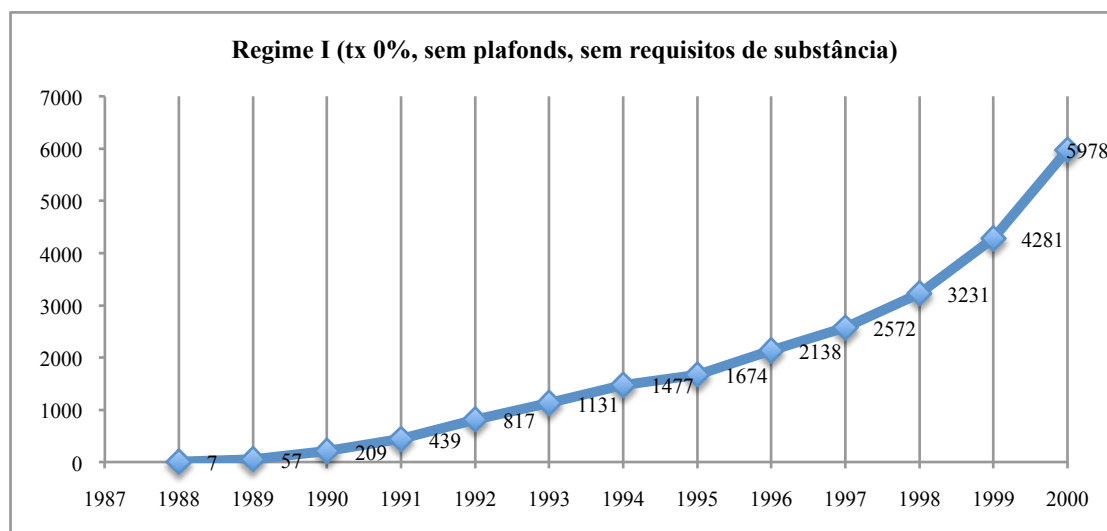
Gráfico 1



Fonte: SDM

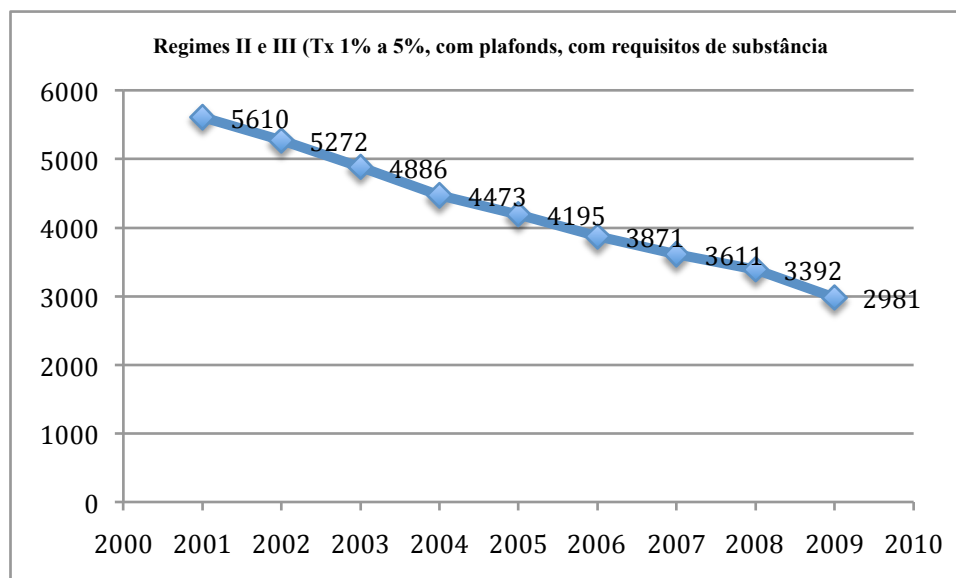
Gráfico 2

Evolução do número de Sociedades por Regime



Fonte: SDM

Gráfico 3



Fonte: SDM

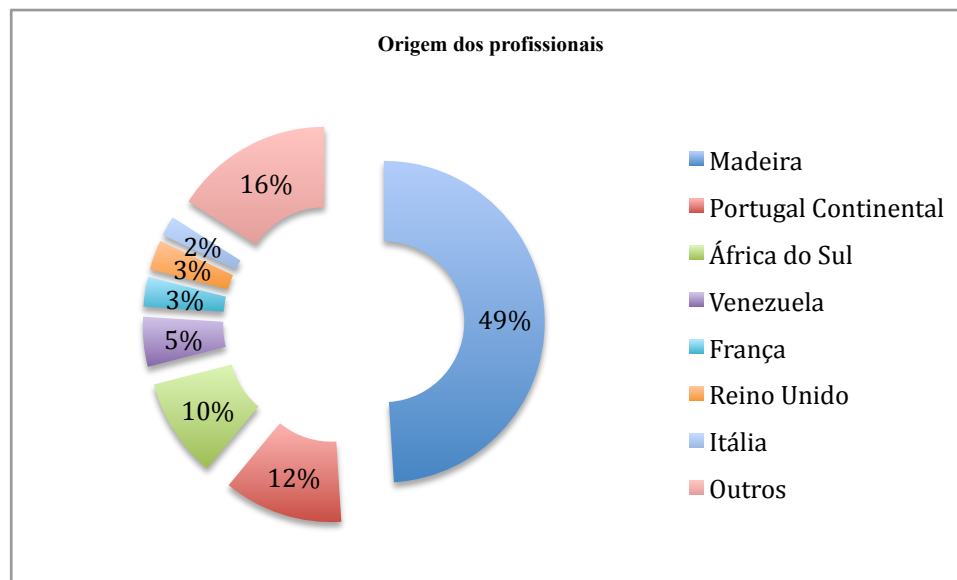
Tabela 5

Sector de Actividade	Postos de trabalho a)
Serviços Internacionais	167 b)
Zona Franca Industrial	731 c)
Serviços Internacionais	1913 b)
Sub-total	2811
MAR	3277 d)
Total	6088

Fonte: SDM

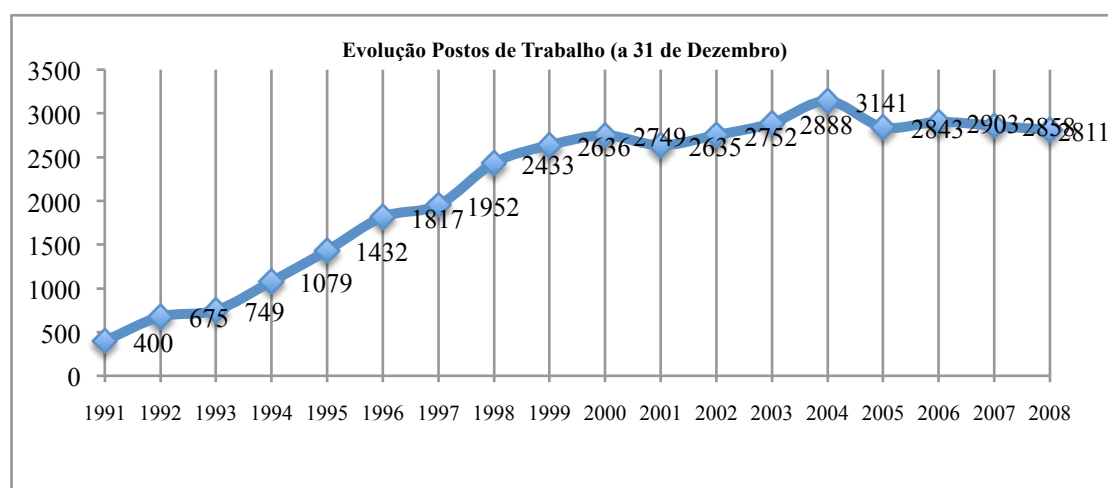
- a) a 31/12/2008
- b) inclui empregos directos e indirectos
- c) refere-se a postos de trabalho das empresas em operação e das empresas em fase de instalação
- d) tripulantes das embarcações registadas no MAR

Gráfico 4



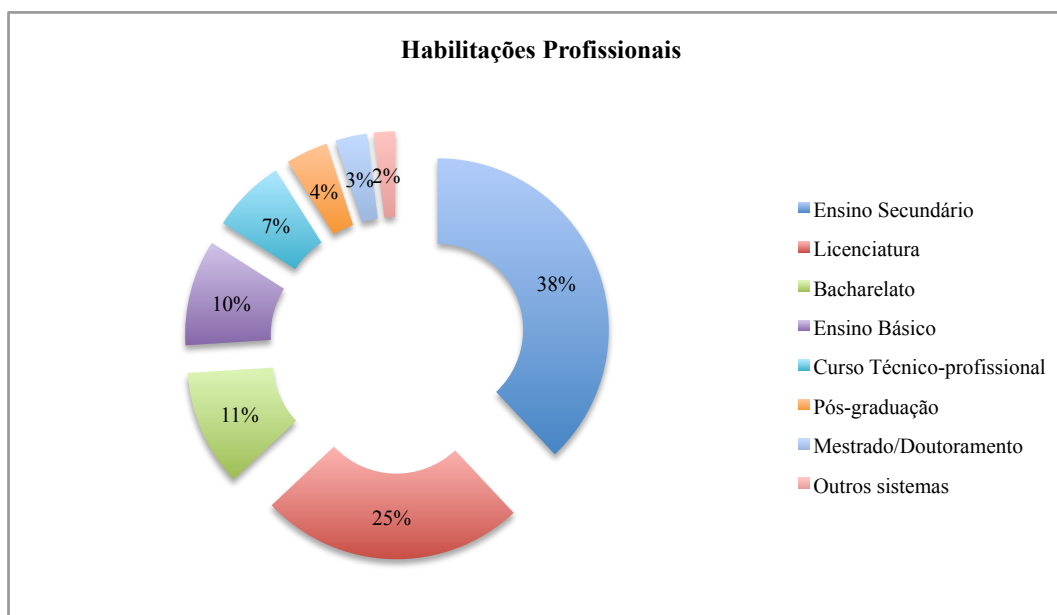
Fonte: dados obtidos pela SDM através de um inquérito às empresas de serviços internacionais da ZFM, com referência a 2006

Gráfico 5



Fonte: SDM

Gráfico 6



Fonte: dados obtidos pela SDM através de um inquérito às empresas de serviços internacionais da ZFM, com referencia a 2006

Tabela 6

Remunerações Medidas Mensais	
RAM	637 €
CINM	1105 €
Diferença percentual	73,4%

Fonte: Contas Regionais e inquérito às empresas do CINM – dados de 2002

Tabela 7

Aluguer Mensal de escritórios			
	Funchal (localização privilegiada)	Funchal (outras localizações)	Fora do Funchal
Custo Aproximado	20 €/m ²	10 €/m ²	7,5 €/m ²

Fonte: ACIF – CCIM – Associação Comercial e Industrial do Funchal - 2003